

Senadores aprovam seis MPs e autorizam envio de tropas ao Haiti

Um dos projetos votados pelo Plenário regulamenta a reforma da Previdência, incluindo a cobrança de 11% sobre os rendimentos de inativos e o limite de R\$ 2.400 para aposentadoria de novos servidores

Célio Azevedo



Durou 13 horas seguidas o trabalho dos senadores em Plenário, ontem. A jornada começou às 10h, com a votação do projeto que regulamenta a reforma da Previdência, incluindo a cobrança de 11% para os rendimentos dos inativos e limitando a R\$ 2.400 a aposentadoria para quem chegou ao serviço público a partir de 1º de janeiro deste ano. Até as 23h, foram examinadas seis medidas provisórias e projetos de lei de conversão. Essas votações permitiram o destrancamento da pauta e garantiram o envio de 1.200 militares brasileiros ao Haiti e a ampliação do contingente no Timor Leste.

AVANÇO Com debates que começaram de manhã e se prolongaram pela noite, senadores destrancaram ontem a pauta de votações

Páginas 3 a 6

Destino de pneus velhos é debatido em audiência

A Comissão de Assuntos Sociais analisou ontem a exigência de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno. O debate, que reuniu especialistas e representantes da indústria, visou colher informações para instruir projeto do senador Flávio Arns.

Página 8



SUBSÍDIO Francisco Simeão (E) depõe na audiência presidida por Papaléo Paes (segundo à direita)

Contaminação por zinco ameaça cidade

Página 8

CPI pede à Justiça documentos sobre Maluf

Página 8



ELOGIO Ramez Tebet afirma que defensoria de Mato Grosso do Sul é uma das melhores do país

Tebet faz homenagem ao Dia do Defensor Público

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) homenageou o Dia do Defensor Público, comemorado ontem, exaltando a importância do papel da categoria na luta pela construção da cidadania. O senador informou que, no seu estado, a defensoria pública atende anualmente 270 mil pessoas que não têm condições de pagar advogado, correspondendo a 80% dos processos criminais e 70% dos processos civis.

– A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul é uma das melhores do país, atende a comunidade e luta pela sua inclusão social – ressaltou. Em resposta ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que afirmou que a defensoria da Bahia é excelente, mas que precisa de mais defensores, Tebet ressaltou que isso só será conseguido com a aprovação da reforma do Judiciário.

O senador José Maranhão (PMDB-PB) lamentou a greve na Defensoria Pública da Paraíba. “Precisamos inserir na reforma garantias para que a defensoria possa funcionar com dignidade”, disse.

Agenda

Plenário está com pauta liberada

O Plenário teve sua pauta desobstruída na reunião de ontem, que começou às 10h e só terminou às 23h. Várias matérias que aguardavam a liberação podem começar a ser votadas hoje às 14h30, o que

inclui, entre outros assuntos, 55 requerimentos de senadores sobre assuntos gerais, 17 solicitando a presença de ministros na Casa e 16 propostas de emendas à Constituição.



Sessão conjunta discute vetos

O Congresso Nacional deve examinar hoje, em sessão conjunta às 9h, mais de 170 vetos feitos pela Presidência da República a projetos de lei ou projetos de conversão derivados de medidas provisórias. A maioria deles é da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. A sessão será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados.

Sarney recebe Ordem do Mérito do Ministério Público

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h30, o juiz indicado para o Supremo Tribunal Federal, Eros Grau; às 11h, o presidente do Senado da Colômbia, German Vargas Lleras; e às 12h30, o

presidente do Grupo Janssen-Cilag Farmacêutica, Marcos Antonio Martins. Às 19h, Sarney será agraciado com a Ordem do Mérito do Ministério Público do DF e Territórios.

Comissão analisa voto no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se reúne às 10h para analisar, entre outros itens, o Projeto de Lei do Senado 398/03 que permite a brasileiros que se encontrem no exterior votar nas eleições para governador, vice-governador e senador, além de requerimento que pede manifestação da comissão a respeito da prisão do brasileiro Paulo Henrique Seleme Hilel, em Cuba.

CPI da Terra ouve professores sobre assentamentos



Três professores que coordenaram a pesquisa “Impactos dos assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro” serão ouvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, às 10h. O estudo, realizado pela UFRJ, foi encomendado por órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela promoção e realização de estudos e pesquisas sobre reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.

Paridade financeira na CAS

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h, projetos (PLSs 104 e 105/03) que igualam a compensação financeira proveniente da exploração de recursos minerais ao percentual pago pela exploração de petróleo. No mesmo horário, a CPI do Banestado reúne-se para votar requerimentos.

Seminário de comunicação

Começa hoje, às 8h30, o 4º Seminário Internacional de Comunicação de Brasília. Organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o evento terá como um dos palestrantes o diretor da Associação Nacional dos Jornais, Fernando Martins, que falará sobre liberdade da imprensa.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



FORTALECIMENTO João Ribeiro defende Justiça ágil, moderna e transparente

João Ribeiro pede reforma do Judiciário por etapas

O senador João Ribeiro (PFL-TO) disse ontem, em Plenário, que a proposta de reforma do Poder Judiciário deixou de ser preocupação apenas dos chamados “operadores de Direito” para se constituir em demanda inadiável da sociedade brasileira.

Na opinião do parlamentar, a questão da reforma deve ser tratada por etapas, para que o país possa se aproximar do ideal representado por um Poder Judiciário ágil, moderno e atuante. Ele elogiou a atuação do relator da proposta, senador José Jorge (PFL-PE).

– Tratemos de fortalecer o nosso Poder Judiciário, de torná-lo mais ágil e mais transparente, mais apto à entrega rápida e confiável da prestação jurisdicional – afirmou João Ribeiro.

Aberto prazo para pedidos de destaques

Está aberto desde o dia 12 deste mês o prazo para a apresentação de requerimentos de destaque à proposta de emenda à Constituição que promove a reforma no Poder Judiciário. A data de encerramento para os pedidos vai ser anunciada ainda esta semana, quando então será agendada a votação da matéria em Plenário.

De acordo com o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, com a medida, “os parlamentares não vão se sentir prejudicados por não poderem apresentar seus requerimentos de destaque, já que o Regimento Interno não permite que, depois de anunciada a data da votação, sejam apresentados novos pedidos”.

VOTAÇÕES

Inativos começam a pagar hoje contribuição previdenciária, e limite da aposentadoria para novos servidores é fixado em R\$ 2.400. Mudanças constam de medida provisória aprovada ontem pelo Plenário na forma de projeto de conversão

Reforma da Previdência é regulamentada

O Plenário do Senado acolheu ontem o projeto de conversão (PLV 27/04) que regulamenta parte da reforma da Previdência aprovada pelo Congresso em dezembro do ano passado. A reforma mudou substancialmente a aposentadoria do funcionalismo, incluindo a cobrança de 11% para os rendimentos dos inativos e limitando ao máximo de R\$ 2.400 o valor da aposentadoria para quem chegou ao serviço público a partir de 1º de janeiro deste ano (esses servidores poderão contribuir para um fundo de pensão complementar se quiserem uma aposentadoria adicional).

O governo teve, na votação do projeto de conversão da MP 167/04, uma folga de 17 votos – 42 a 25. Comparando-se com a votação da reforma da Previdência, em dezembro passado, as oposições tiveram apenas um voto a mais. Como na reforma, na votação de ontem recomendaram o voto sim o PT e o PMDB. Já os oposicionistas PSDB e PFL liberaram suas bancadas, enquanto o PDT fechou contra e o PL liberou seus dois senadores presentes. Os peemedebistas que não seguiram a orientação de sua liderança foram Ramez Tebet (MS), Mão Santa (PI), Papaléo Paes (AP), Pedro Simon (RS) e Sérgio Cabral (RJ). Tebet e Simon ha-



DEBATE Aprovação de projeto foi precedida de ampla discussão pelos senadores em Plenário

viam votado com o governo na reforma da Previdência.

Por proposta do relator-revisor, Tião Viana (PT-AC), os senadores retiraram do texto que saiu da Câmara quatro supressões feitas ao artigo 11 da Lei 9.532/97. As supressões acabavam com a cobrança de Imposto de Renda (IR) quando cotistas de fundos de pensão fossem retirar seu dinheiro, e mudavam o limite que qualquer empresa tem ao calcular seu lucro real. Se mantidas as supressões, uma empresa po-

deria abater todos os gastos previdenciários ao calcular o lucro real – hoje a lei impõe limite de 20%.

– O governo teria perdas de bilhões de reais – argumentou Tião Viana. O senador disse ainda que apenas um fundo deixaria de recolher “uns 700 milhões”, conforme informação transmitida a ele pela Secretaria da Receita Federal. Por causa dessa mudança, o texto volta ao exame dos deputados.

Fora isso, a regulamentação da reforma da Previdência tem

poucas novidades. Numa delas, o governo decidiu usar a mesma data empregada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para calcular e atualizar as contribuições previdenciárias, para efeito de aposentadoria. Pela reforma, quem tomou posse no serviço público a partir do 1º dia deste ano terá aposentadoria calculada com base em 80% das melhores contribuições pagas como servidor e aquelas feitas ao INSS (se a pessoa já tiver contribuído).

Por falta de dados confiáveis

no processamento de dados do INSS, o governo decidiu que só vai usar no cálculo das aposentadorias as contribuições pagas de julho de 1994 em diante, quando foi implantado o Plano Real. Todas as contribuições serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outra novidade: fica transferida de 1º de janeiro para 1º de maio a data-base de reajuste dos servidores públicos.

Quando foi editada pelo presidente da República, a MP 167/04 surpreendeu até mesmo os departamentos administrativos de órgãos públicos, pois estabeleceu que a cobrança previdenciária de 11% dos inativos (para aqueles que ganham acima de R\$ 1.200 nos estados e R\$ 1.440 na União) se daria em 90 dias, após 19 de fevereiro deste ano. O governo havia informado que a cobrança seria auto-aplicável, ou seja, passaria a ser cobrada a partir do dia 31 de março último – 90 dias após a promulgação da reforma previdenciária. Assim, de acordo com a MP 167, a cobrança dos inativos começa hoje – 90 dias após sua publicação no *Diário Oficial da União*.

Leia mais sobre reforma da Previdência na página 4

Como é a aposentadoria dos servidores públicos desde a reforma da Previdência

Servidor empossado até 31/12/2003

Só terá aposentadoria pelo último salário (integralidade) quem tenha atingido as seguintes condições, cumulativas:

- 60 anos de idade (homem) e 55 anos (mulher);
- 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos (mulher);
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo.

Antecipação

Quem chegou ao serviço público até 15/12/98 e quiser se aposentar antes de completar as idades de 60 e 55 anos (homem e mulher) deve ter cinco anos de serviço público, cumprir um adicional de 20% sobre o tempo que em 15/12/98 faltava para completar a contribuição de 30/35 anos (mulher/homem) e pagar um redutor de 3,5% para cada ano de idade antecipado, se pedir o benefício até 31 de dezembro de 2005, ou de 5% por ano a partir desta data. A antecipação máxima é de sete anos. No entanto, o valor que servirá de base para a aposentadoria levará em consideração as contribuições previdenciárias efetivamente feitas, inclusive ao INSS (se trabalhou antes na iniciativa privada).

Servidor que entrou (ou entrar) no serviço público após 1º/01/2004

Terá aposentadoria paga pelo Estado limitada a R\$ 2.400. Se quiser aumentar a renda na velhice, terá de contribuir para um fundo de previdência complementar dos servidores (que ainda não foi regulamentado). No cálculo de sua aposentadoria entram as contribuições feitas ao INSS após julho de 1994, se tiver trabalhado em empresas privadas. Sua aposentadoria será reajustada para manter o poder aquisitivo.

Contribuição de inativos

Será cobrada contribuição previdenciária de 11% de todos os aposentados e pensionistas, mas incidindo apenas sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (no caso de aposentado e pensionista municipal e estadual) e R\$ 1.440 (federal).

Corte de pensões

As pensões concedidas desde o primeiro dia deste ano são integrais até R\$ 2.400, acrescidas de 70% do valor que superar esse limite. Elas também pagam 11% de contribuição previdenciária.

Abono de permanência

Todo servidor que atingir condições de pedir aposentadoria passa a ter direito a um abono de permanência equivalente aos 11% da contribuição previdenciária.



VOTAÇÕES

Após longo debate sobre o projeto que regulamenta partes da reforma da Previdência, o Plenário votou diversas propostas, como a que cria o plano de cargos da Anvisa e a que beneficia as polícias Civil e Militar do Distrito Federal



REFORMA Líder do governo, Mercadante defende o mérito das mudanças contempladas por projeto

Cobrança dos inativos recebe críticas da oposição

Na discussão do projeto de lei de conversão (PLV 27/04) da medida provisória (MP 167/04) que regulamenta partes da reforma da Previdência, o senador José Jorge (PFL-PE) criticou a maneira como o governo conduziu a regulamentação da reforma do setor, que deveria ter sido feita por um projeto de lei com tramitação em regime de urgência, que levaria 45 dias na Câmara e igual período no Senado. O governo, segundo ele, vem travancando a pauta de votações do Congresso porque está administrando o país com base na emissão de medidas provisórias.

José Jorge lembrou o parecer do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, considerando inconstitucional a contribuição dos inativos, e cobrou o cumprimento do acordo para a votação da chamada PEC paralela, que viabilizou a aprovação da reforma da Previdência.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) alertou o governo para a possibilidade de a contribuição dos inativos ser mais uma vez declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Tuma lembrou o posicionamento do novo presidente do STF, Nelson Jobim, em favor da manutenção do direito adquirido, revelado em depoimento no Senado.

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), avisou que votaria contra o projeto de lei de conversão e declarou que não tem dúvidas de que o Su-

premo irá derrubar a cobrança dos inativos, ao analisar a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) apresentada pelo PDT e outras entidades.

– A taxa é inconstitucional porque fere direitos adquiridos e ato jurídico perfeito – assinalou.

Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou a contribuição dos inativos e o descumprimento das promessas de campanha feitas pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Ele disse que as crises têm sido provocadas pelo próprio governo e aconselhou o presidente da República a viajar pelo interior para ver as aflições da população.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) exibiu e leu trechos da Bíblia para observar que lá está a condenação dos que decretam leis injustas que despojam as viúvas, roubam os órfãos e maltratam os velhos.

Lembrando que só votou a emenda constitucional da reforma da Previdência em função do compromisso assumido pelo então líder do PT no Senado, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do senador Tião Viana (PT-AC) a votação da PEC paralela.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) acusou o governo de não haver cumprido até agora a promessa de levar sua base na Câmara a votar a chamada reforma paralela, que está pronta para exame pelos deputados.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sustentou que os

senadores “foram traídos por este governo que não cumpre promessas”. Virgílio advertiu que “há uma frustração brutal na base governista, que não agüenta mais engolir sapos”.

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou que o governo continua gastando “pouco na área social e muito com os banqueiros”.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) manifestou esperança de que a “emenda paralela da Previdência ainda será aprovada pelos deputados”.

Os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Efraim Morais (PFL-PB), Agripino Maia (PFL-RN), Alvaro Dias (PSDB-PR), Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Magno Malta (PL-ES) também fizeram críticas ao governo. Magno Malta se disse frustrado com o governo por ter impedido a instalação da CPI dos Bingos, de sua autoria. Como líder do PL, ele liberou sua bancada, mas anunciou voto contrário à medida provisória.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a regulamentação, observando que ela apenas detalha a reforma do setor previdenciário. Ele acrescentou que as mudanças têm o apoio e são esperadas pelos 27 governadores e pelos mais de 5.500 prefeitos do país.

O relator-revisor do projeto de conversão, senador Tião Viana, lembrou que a reforma isentou da cobrança de previdência cerca de 87% dos inativos do país.

Senado garante isonomia aos servidores da Anvisa

O Senado aprovou e enviou à sanção presidencial o projeto de lei de conversão (PLV 29/04) relativo à Medida Provisória 170/04, que cria o plano especial de cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A proposta garante aos 1.133 funcionários isonomia com os demais funcionários das outras agências reguladoras, que já tiveram suas carreiras criadas em outra medida provisória. O enquadramento dos funcionários obedecerá aos requisitos de formação profissional, ficando proibida a mudança de nível.

As tabelas de vencimento serão implantadas de forma progressiva nos meses de julho de 2004, janeiro de 2005 e julho de 2005, à exceção do cargo de médico, que será implantado de uma única vez em julho próximo. O Executivo, porém, poderá antecipar os prazos, des-

de que haja disponibilidade. Os aposentados e pensionistas serão enquadrados na mesma referência em que se encontravam na época do pedido de aposentadoria.

Os servidores da Anvisa terão 60 dias para optarem pelo novo quadro de carreira. A MP criou a Gratificação Temporária de Vigilância Sanitária (GTVS), que será paga aos funcionários cedidos à Anvisa por outros órgãos da administração federal. A GTVS não servirá de base para cálculo de outro tipo de vantagem. Esses servidores serão devolvidos aos órgãos de origem à medida que a Anvisa forme seu próprio quadro funcional por meio de concursos públicos. A soma da GTVS com o salário do servidor que a receber não poderá ultrapassar o salário estipulado pelo plano especial de cargos para os futuros concursados.

Aumento para policiais do DF

Foi aprovado também ontem, pelo Plenário, o projeto de conversão referente à Medida Provisória 172/04, que concede aumento na Gratificação de Atividade Policial, na Gratificação de Compensação Orgânica e na Gratificação de Atividade de Risco dos servidores da Polícia Civil e cria a Gratificação de Condição Especial de Função Militar (GCEF) para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. O relator da matéria foi o senador Paulo Octávio (PFL-DF). Emenda que concedia retroatividade dos benefícios a janeiro deste ano foi rejeitada.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), advertiu que o presidente da República obrigatoriamente vetaria o projeto caso a retroatividade fosse aprovada. Mercadante explicou que a emenda feria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por não definir a fonte de receita para cobrir a despesa representada pela retroatividade.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou que o governo “mais uma vez” tenha perdido uma boa oportuni-



COMPENSAÇÃO Paulo Octávio quer gratificação para servidores do Distrito Federal

de para corrigir a remuneração de servidores públicos.

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou que o projeto implica melhorias no trabalho das polícias. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou que é preciso valorizar o policial, que está na *front* da luta contra o crime. O senador Magno Malta (PL-ES) defendeu a extensão dos benefícios às polícias de todo o país.

Os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Papaléo Paes (PMDB-AP) e Augusto Botelho (PDT-RR) protestaram contra o que classificaram como discriminação e injustiça com as polícias Civil e Militar dos ex-territórios do Amapá e de Roraima.

VOTAÇÕES

Plenário acolhe, por meio de projetos de conversão, a MP que trata da regulamentação de armas de fogo, a que cria programa de transporte escolar no campo e a que dispõe sobre o Fundo de Compensação de Variações Salariais

Volta à Câmara projeto com data para legalizar armas

Projeto de lei de conversão que estabelece o dia 23 de junho próximo como a data-limite para o registro das armas de fogo ainda não legalizadas, a renovação das autorizações de porte e a entrega de armas não registradas à Polícia Federal, foi aprovado ontem pelo Plenário. Os senadores acolheram ainda emenda do relator-revisor, Leonel Pavan (PSDB-SC), limitando apenas ao interior da residência ou domicílio do usuário a guarda de arma devidamente legalizada. Como sofreu alteração, a matéria, proveniente da Medida Provisória (MP) 174, voltará ao exame da Câmara dos Deputados.

Segundo Leonel Pavan, o governo não regulamentou em tempo hábil as condições para a concessão e renovação das autorizações de porte de armas e a regularização daquelas sem registro. Esses prazos expirariam, respectivamente, em 90 e 180 dias após a publicação da Lei nº 10.826/03, que instituiu



LIMITE Emenda de Leonel Pavan retira permissão de guarda de arma no local de trabalho

o Sistema Nacional de Armas. Com a MP 174, o Executivo ampliou os prazos, mas sem fixar uma data.

Já César Borges (PFL-BA) explicou que a Câmara havia modificado o texto original da medida provisória, determinando que o prazo não poderá ultrapassar 23 de junho. Ele admitiu essa alteração, mas discordou da decisão dos deputados de acrescentar a possibilidade de o

usuário manter a arma no local de trabalho. A permissão foi retirada com a emenda de Pavan.

– Esse assunto foi muito debatido durante a votação do Estatuto do Desarmamento. O texto original restringia para uma posição fixa em que a arma poderia ser guardada. Com a alteração proposta pela Câmara, incluindo essa possibilidade para o local de trabalho, um motorista de táxi, por exemplo, poderia manter a arma dentro do seu automóvel. Um vendedor ambulante passaria a ter um porte permanente – afirmou César Borges.

José Agripino (PFL-RN) expressou essa mesma preocupação e manifestou sua posição favorável à emenda de Leonel Pavan. Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou o relatório de Pavan e registrou que a relatoria tinha sido inicialmente entregue a Tasso Jereissati (PSDB-CE), que não pôde cumprir a tarefa por estar em missão oficial do Senado.



SEM EMENDA Relator da matéria, Fernando Bezerra manteve texto da medida provisória

Fundo pode cobrir saldo de financiamento habitacional

A medida provisória (MP) que garante a novação das dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) nos contratos de financiamento de imóveis foi aprovada ontem em Plenário. A proposta (MP 175/04) garante que o FCVS poderá novamente pagar os resíduos dos contratos de financiamento da casa própria em que o comprador tem a responsabilidade de pagamento por um prazo determinado – normalmente de 15 anos. A novação significa a substituição da dívida do mutuário pela dívida do

FCVS, quando o comprador da casa própria paga todas as prestações, restando ainda um saldo devedor.

O relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), optou por manter o texto original da MP, rejeitando as emendas da Câmara que resultaram em projeto de conversão. O FCVS foi criado para pagar o saldo devedor residual dos contratos de financiamento em que a obrigação do devedor era apenas a de pagar o número total de prestações, como explicou o líder do PFL, José Agripino Maia (RN), que votou com o relator.

– Esses saldos devedores, ao fim do pagamento das prestações, eram significativos, por conta do descasamento entre os percentuais de reajuste das prestações e o percentual de reajuste do saldo devedor – informou Agripino.

Na maioria das vezes, pagas as prestações, o saldo devedor continuava muito alto. O FCVS é administrado pela Caixa Econômica Federal, e desde 1996 não estava mais cobrindo o pagamento dos saldos devedores. A MP 175 garante o retorno dos pagamentos do FCVS aos agentes financeiros nos casos em que houver saldos devedores. Como foi rejeitado o projeto de conversão, a medida provisória voltou para exame da Câmara dos Deputados.

Programa de transporte escolar na área rural passa no Senado e vai à sanção

Outro projeto de conversão aprovado ontem pelo Plenário é o oriundo da medida provisória (MP 173) que cria o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos. O parecer da relatora-revisora, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), foi favorável à aprovação da matéria, e contra três destaques do senador José Jorge (PFL-PE), que acabaram rejeitados.

A relatora afirmou que a proposta, que agora vai à sanção, “cria e reforça sistemas estratégicos” para o desenvolvimento da educação. Ela acrescentou que, este ano, o governo deve gastar com transporte escolar em áreas rurais R\$ 246 milhões, para atender 3,25 milhões de crianças. O governo anterior, comparou, despendeu R\$ 290 milhões em sete anos.

José Jorge disse que o projeto “não acrescenta muito ao sis-



DOTAÇÃO Patrícia Saboya afirma que sistema receberá este ano R\$ 246 milhões

tema educacional brasileiro”, e apresentou os destaques para votação em separado de três emendas apresentadas na Câmara. Uma delas estendia o direito ao transporte para estudantes da área urbana que residam a mais de 10 quilômetros do estabelecimento. Outra garantia o benefício para estudantes de instituições privadas de ensino especial sem fins lucrativos.

Flávio Arns (PT-PR) lamentou que a questão do ensino especial, de notória relevância, não tenha a urgência necessária para ser encaminhada por meio de MP. No intuito de negociar com a oposição, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), propôs que o transporte para crianças do ensino especial, portadoras de deficiência, recebesse recursos extras de convênios.

Antecipação da Cide

A MP 171, que antecipava para 10 de março o repasse aos estados de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) foi rejeitada pelo Plenário. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), manifestou-se pela rejeição, já que o objetivo da matéria fora atendido em outra legislação. O líder do PFL, José Agripino (RN), também se manifestou pela rejeição, opinando que a matéria estava vencida. O Plenário aprovou a constitucionalidade, mas rejeitou o mérito.

Aprovadas indicações para embaixadas

Após 13 horas ininterruptas de sessão deliberativa, o Senado aprovou ontem a indicação dos seguintes diplomatas para ocupar o cargo de embaixador e embaixadora do Brasil:

– Celso Marcos Vieira de Souza, para a embaixada brasileira na Áustria;

– Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, para acumular o cargo de embaixadora do Brasil na Suíça com a representação brasileira no Principado de Liechtenstein;

– Fausto Martha Godoy, para a embaixada brasileira no Paquistão;

– Vera Lúcia Barrouin Criciano Machado, para a embaixada brasileira junto à Santa Sé (Vaticano).

Cargos

O Senado também aprovou indicações para outros cargos

na administração federal. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso passa a exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde (ANS); Gilson Caleman assume outro cargo de diretor da ANS; Marcelo Fernandez Trindade será presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para complementar mandato que se encerra em 2007; Alexandre Silveira de Oliveira assume a Diretoria Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura (Dnit); e Hideraldo Luiz Caron passa a exercer o cargo de diretor do Dnit.

Foi aprovado ainda o nome do desembargador Hélio Quaglia Barbosa, de São Paulo, para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decorrente de aposentadoria do ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar.

Aprovado envio de tropa para o Haiti e aumento do contingente em Timor

Depois de 12 horas e meia de sessão, Plenário do Senado aprova os dois decretos legislativos

O Senado aprovou ontem, às 22h30, após 12 horas e meia de sessão plenária, dois decretos legislativos autorizando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a enviar 1.200 militares para o Haiti e permitindo a ampliação, de 75 para 125 militares, do contingente nacional presente na missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Timor Leste. Os decretos vão à promulgação. O envio de tropas ao Haiti foi aprovado com 38 votos favoráveis e teve 10 votos contrários.

Detentor do poder de autorizar o envio de tropa para fora do território nacional, o Congresso Nacional foi instado a aprovar esses decretos com o argumento governamental de que a decisão está em consonância com a tradição brasileira favorável à solução multilateral de conflitos e identificada com valores como direitos humanos, defesa da paz e cooperação entre os povos.

Em defesa da ampliação do contingente brasileiro no Timor Leste, o relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), afirmou que a presença brasileira naquele país tem contribuído para o estreitamento dos laços de cooperação com o único país da Ásia que fala a língua portuguesa.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) também se manifestou para dizer que o Brasil tem



DEBATE Durante a plenária de ontem, 15 senadores manifestaram-se durante a votação, que teve 38 votos favoráveis e 10 contrários

feito um trabalho com resultados satisfatórios no Timor Leste, devendo realizar uma missão igualmente significativa no Haiti.

Relator do projeto que autoriza o envio de tropas para o Haiti, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse que o Brasil historicamente é contra intervenções, foi contra a ocupação do Iraque e é contra o que se faz no Haiti. Mas ele ressaltou que o Brasil tem tradição histórica de participar de missões de paz, tendo, com seu trabalho em Angola, Moçambique e Timor Leste, sido destacado pela ONU como referência no trabalho de pacificação e restauração da ordem.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu a formação de uma comissão externa para, no recesso de julho, visitar o Haiti, com o objetivo de observar a atuação das Forças Armadas brasileiras naquele país. Suplicy destacou que isso deve ser feito para que o Brasil se asse-

gure de que a presença de suas tropas no Haiti objetiva de fato promover a restauração plena do Estado democrático de direito naquele país e o respeito aos direitos humanos.

Um dos 15 senadores a manifestar-se na votação, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) considerou paradoxal que o Brasil vá policiar o Haiti e não tenha polícia suficiente para pôr ordem numa cidade sitiada como o Rio de Janeiro.

– Não aceito o argumento de que o Brasil precisa estar presente nessa missão porque é candidato a membro do Conselho de Segurança da ONU. Não será nunca, enquanto não for um país de Primeiro Mundo. Mas não serei eu quem vai negar solidariedade a um país tão pobre como o Haiti – disse.

Da mesma forma, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a diplomacia brasileira labora no equívoco quando essa, chegar ao Conselho de

Segurança das Nações Unidas. "A luta justa seria tirar o poder de veto para qualquer país chegar ao Conselho de Segurança", assinalou ele.

Arthur Virgílio também questionou se enviar essas tropas deve ser prioridade quando o Haiti se encontra com o Congresso fechado. Para o senador, há nisso tudo "um rosário de equívocos".

Pedro Simon (PMDB-RS) apontou para o intervencionismo norte-americano e lamentou o que classificou de "grandes equívocos" relacionados ao envio de tropas. O parlamentar criticou o "treinamento" dos militares brasileiros naquele país e destacou a dificuldade que as tropas terão em identificar "os inimigos" entre o povo haitiano.

Heloísa Helena (sem partido-AL) enfatizou que o envio de tropas não ajuda a democracia no Haiti. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), no entanto, argumentou em favor do envio das forças de paz.

Ele apelou em benefício da reconstrução do Haiti e sublinhou que vários países africanos, mais pobres que o Brasil, participam de forças de paz das Nações Unidas.

Almeida Lima (PDT-SE) foi o único a inscrever-se para encaminhar a matéria, ao fim da discussão. Ele disse que o envio de tropas não se configura como "ação humanitária".

Também discutiram a matéria os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Almeida Lima, Sérgio Guerra (PSDB-PE), José Agripino (PFL-RN), Mão Santa (PMDB-PI), Magno Malta (PFL-ES) e Marcelo Crivella (PL-RJ).



CORREÇÃO Propósito de César Borges era aperfeiçoar lei e garantir amplo direito de defesa

César Borges retira projeto que muda lei eleitoral

O senador César Borges (PFL-BA) anunciou ontem a retirada do projeto de sua autoria que assegurava ao candidato eleito, acusado de compra de voto, a garantia de que a perda do mandato somente poderia ocorrer após o trânsito em julgado da sentença. Atualmente, a legislação permite punir o suposto candidato infrator em qualquer fase do processo.

O senador pela Bahia tomou a decisão depois de o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ter recomendado a ele a imediata retirada do projeto (PLS 284/03) da pauta do Plenário. Apesar de considerar o teor do projeto "corretíssimo", Antonio Carlos observou que "estão explorando o tema de forma vil".

– Tenho certeza de que César Borges não tinha, ao apresentar a proposta, nenhum interesse pessoal – desabafou Antonio Carlos, para quem a proposição tinha por objetivo corrigir distorção constitucional. Para Jefferson Péres (PDT-AM), esse direito de defesa já está assegurado na Constituição e a retirada do projeto "seria benéfica tanto para a imagem de César Borges como para a do próprio Senado da República".

Defesa

De acordo com César Borges, a única intenção de apresentar o projeto foi a de aperfeiçoar o artigo 41-A da lei eleitoral (9.504/97) já que, a seu ver, existe um desrespeito ao voto popular, quando é permitida a cassação do mandato de um candidato sem, contudo, haver direito de defesa, a exemplo do que ocorre com qualquer cidadão.

O parlamentar recebeu apoio dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Magno Malta (PFL-ES), Tião Viana (PT-AC), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Suplicy pede comissão para fiscalizar tropas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento à Mesa para criar uma comissão externa, constituída por cinco senadores, para ir ao Haiti em julho verificar *in loco* a atuação das tropas brasileiras que compõem a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) naquele país. Suplicy lembrou que o propósito da missão é promover a restauração plena do Estado democrático de direito no Haiti, com respeito aos direitos humanos e a criação de insti-

tuições que facilitem o desenvolvimento econômico e social do país.

Suplicy encaminhou o requerimento durante os debates sobre o projeto de lei de conversão da medida provisória que regulamenta partes da reforma da Previdência. Na justificativa do pedido, o senador considerou que o Poder Legislativo possui nas democracias modernas a função constitucional de atuar como agente fiscalizador da condução da política externa do país, destacando

com isso a importância do envio dessa comissão do Senado ao Haiti.

Oviedo

Ao lado do general Lino Oviedo, Suplicy informou ao Plenário que o ex-candidato à Presidência do Paraguai estará hoje, a partir das 10h, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para falar sobre os novos fatos que envolvem a morte do vice-presidente paraguaio Luiz Maria Argaña. Oviedo foi acusado de ser mandante do assassinato,



IN LOCO Suplicy quer ver de perto trabalho dos militares brasileiros no Haiti

mas assessores de Argaña garantem que ele morreu de morte natural e que teria havido uma simulação para incriminar Oviedo.



COMÉRCIO Eduardo acredita que visita possibilitará aumento das exportações brasileiras

Eduardo destaca viagem do presidente à China

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) se mostrou esperançoso de que a viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará à China traga bons frutos para a pauta de exportação brasileira, principalmente com relação à soja. Ele também espera que abra caminho para que sejam alinhavados entendimentos bilaterais destinados à complementação da Ferrovia Norte-Sul. Eduardo, que vai integrar a comitiva presidencial representando o Senado brasileiro, classificou a viagem de Lula à China como a mais importante que ele já realizou até agora.

O Brasil exporta muito pouco para aquele país, que detém a maior população do mundo e cresce a taxas de 8% a 10% ao ano, analisou o senador. Ele ressaltou que os entendimentos entre os dois governos devem incrementar as exportações do Brasil para a China.

O senador disse que a solução dos problemas mundiais com relação à produção de grãos, com destaque para a soja, está no cerrado brasileiro. Conforme informou, o cerrado possui todas as condições para ser o maior produtor mundial.

Para que isso ocorra, observou Eduardo, são necessários serviços básicos de infra-estrutura, a começar pela melhoria das condições das estradas.

Simon propõe entendimento para respaldar redução de juros

Segundo o senador, governo poderá negociar com credores e ter recursos para os programas sociais

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a promoção, pelo governo, de um grande entendimento com os segmentos da sociedade para que, com esse respaldo, possa obter a redução do pagamento dos juros da dívida externa junto aos credores internacionais. Na sua avaliação, esse seria o caminho para o governo do presidente Lula reunir os recursos necessários para fazer avançar os programas sociais.

Simon considerou que existem condições favoráveis para esse amplo entendimento e que não vê radicalizações, co-



Fotos: José Cruz

PREJUÍZO Ninguém ganha com a perda de esperança no governo, adverte Pedro Simon

mo ocorrerem em governos passados. “As críticas aumentam porque os problemas e as angústias estão se acumulando”, afirmou. Ele ressaltou, no entanto, que o tom às vezes beira o rompimento, se referindo ao documento entregue na terça-feira pelo presidente do PL,

Valdemar Costa Neto, ao secretário particular de Lula, Gilberto Carvalho, com ataques à política econômica do governo.

O parlamentar observou que o partido do vice-presidente da República, José Alencar, não deve ser mal visto, mas advertiu que nenhum partido sairá ganhando com a perda de esperança do povo. Ele lembrou que é a primeira vez que o país tem na Presidência da República um representante autêntico dos trabalhadores.

Simon comentou que organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que apóiam a política econômica do governo, reconhecem que os juros gastos com o serviço da dívida externa são excessivos. Como solução, o senador sugere “pagar dois terços do montante e aplicar um terço nos programas sociais”.

Alvaro Dias: governo deve mudar política e aumentar investimentos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem em Plenário números da contabilidade oficial do governo relativos ao seguro-desemprego para ressaltar que a crise econômica e social se aprofunda no país “na esteira da crise de governabilidade”. O senador defendeu mudança da política econômica para permitir investimentos públicos.

De acordo com as estatísticas apresentadas pelo parlamentar, em fevereiro deste ano eram 585 mil trabalhadores candidatos ao seguro-desemprego. Considerando-se que o número de desempregados é sempre 20% superior àquele que demanda o benefício, observou ele, chega-se ao total de 702 mil trabalhadores demiti-



DESEMPREGO Alvaro Dias alerta para o aprofundamento da crise econômica e social no país

dos. Em 2003, afirmou Alvaro Dias, foram demitidos 5,4 milhões de trabalhadores, o que pode significar, de fato, 11 milhões de desempregados, se for levado em conta que 46,2% da força de trabalho não têm carteira assinada.

Segundo o senador, no ano

passado o governo gastou R\$ 4,9 bilhões com o pagamento do seguro-desemprego, quantia que, em sua avaliação, poderia ter sido usada para gerar 1 milhão de empregos no interior do país.

– Isso indica que é preciso mudar a política econômica. Não é possível que o governo brasileiro se mantenha como aluno obediente ao Fundo Monetário Internacional. É preciso mudar para permitir investimentos – argumentou.

A situação atinge também o Paraná, segundo ressaltou Alvaro Dias. O estado consumiu no ano passado R\$ 440 milhões com o pagamento do seguro-desemprego, o que corresponde a 2,6% da massa salarial do estado.



RECUPERAÇÃO Hélio Costa observa que o Brasil tem posição de liderança na América Latina

Melhora a imagem do país no exterior, diz Hélio Costa

Ao retornar de viagem oficial aos Estados Unidos, onde participou de reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), representando o presidente do Senado, José Sarney, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou que a imagem do Brasil tem melhorado muito no exterior. De acordo com o parlamentar, cabe agora aos brasileiros encontrar as soluções para as dificuldades que o país enfrenta.

– Precisamos encontrar o caminho do bom senso e colocar um grupo de políticos sensatos para pensar e evitar situações como a que vivemos, quando não conseguimos votar e temos as pautas trancadas. Talvez sejamos os maiores culpados por qualquer dano da imagem do Brasil no exterior, pois nós estamos provocando essa crise – alertou Hélio Costa.

Durante a reunião da SIP, relatou o senador, presidentes de parlamentos das Américas e representantes de veículos de comunicação discutiram a situação da liberdade de imprensa no hemisfério. Na ocasião, ele afirmou ter percebido, junto aos colegas do continente, que o Brasil recuperou a sua posição de liderança, para a qual também contribuiu a recente indicação do presidente Lula para o grupo das cem personalidades mais influentes do mundo.

Para Arthur Virgílio, nota do PL desafia autoridade do presidente

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), cobrou do presidente Lula uma demonstração de autoridade para retirar o país das incertezas em que caminha seu governo. Arthur Virgílio comentou a nota pública do Partido Liberal (PL), que contém pesadas críticas à política econômica, para demonstrar que o governo federal não controla sequer seus aliados e tem se escora-

do no “bom senso” da oposição para assegurar um mínimo de governabilidade.

– Tenho aqui um retrato da anarquia que começa a se desenhar no país. Anarquia que impera no campo, na cidade, na administração, na relação com o Congresso, na conduta deste desgoverno. Anarquia expressa pelo MST, que invade agora uma fazenda produtiva do empre-

sário Antonio Ermírio de Moraes. Anarquia expressa pela nota do PL, que desafia a autoridade do governo – afirmou Virgílio, exibindo na tribuna os jornais do dia.

O senador classificou de “espetáculo de cinismo político” a reação do governo federal às duras críticas públicas feitas pelo PL, legenda do vice-presidente José Alencar, ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci,

e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, chamado de “sabotador” pelos liberais.

– O Planalto reage com indiferença, dizem os jornais. Lula não leu a nota, mas aposta na retratação. É essa a reação do governo? O presidente é autoritário ao mandar expulsar um jornalista que o criticou, mas mostra falta de autoridade ao não controlar sua própria base – observou ele.



INDIFERENÇA Virgílio: reação do governo é “espetáculo de cinismo político”



EXAME Paulo Paim diz não entender obstrução da matéria na Comissão de Justiça

Paim pede à CCJ que vote lei sobre portador de deficiência

O senador Paulo Paim (PT-RS) dirigiu, ontem, em Plenário, apelo para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprove de forma definitiva o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, projeto de sua autoria que está na pauta para deliberação. Paim disse não entender o motivo da obstrução que estaria sendo realizada em relação à matéria. Ele também solicitou ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que retire o pedido de audiência pública para discutir o assunto na comissão.

– Se alguém discorda do mérito, vamos discutir na comissão que tem a competência para examinar o mérito da proposta. Nunca vi audiência pública para discutir se o projeto é ou não constitucional. Tudo bem que se faça debate e audiência na comissão de mérito – argumentou.

Ele lembrou que o relator do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência na comissão que vai examinar o mérito da proposta é o senador Flávio Arns (PT-PR), especialista na área, que já recebeu centenas de contribuições sobre o projeto. Paim informou ainda que, para elaborar a proposta, o seu gabinete realizou dezenas de reuniões, ouvindo cerca de 15 mil pessoas. Mesmo que não seja uma peça perfeita, ponderou ele, trata-se de um projeto que vai beneficiar 24,5 milhões de pessoas.

Paulo Paim também fez apelo para que seja votado o Estatuto da Igualdade Racial, outra proposta de sua autoria cuja tramitação estaria sendo obstruída antes mesmo de chegar à comissão responsável pelo exame do mérito.

Descarte de pneus velhos é debatido em comissão

■ Objetivo é instruir exame de projeto de lei que prevê uma contrapartida ambiental do setor

A exigência de uma contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam importados ou fabricados no Brasil, foi discutida mais uma vez, em audiência pública, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com o objetivo de instruir projeto em exame no colegiado, de autoria do senador Flavio Arns (PT-PR).

Um dos debatedores, o secretário de Saúde do Paraná, Cláudio Murilo Xavier, informou que, mediante o programa Paraná Rodando Limpo, que promoveu a retirada de pneus velhos das ruas, o estado conseguiu a redução de 99,7% dos casos de dengue. O secretário, que compareceu a essa segunda audiência em substituição ao governador Roberto Requião, sugeriu um esforço dos governos, empresas com responsabilidade social e cidadãos com vistas à eliminação de pneus inservíveis.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus



DANOS Na presidência da reunião da CAS, Papaléo Paes (segundo à direita) ouve especialista sobre a poluição causada pelo produto

Remoldados (Abip), Francisco Simeão, reivindicou para o setor o mesmo tratamento dado pelo governo às grandes empresas fabricantes de pneus. Para Simeão, o problema do lixo-pneu já poderia ter sido resolvido no Brasil se houvesse maior fiscalização pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

O representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Bertoldo Silva Costa, afirmou que a Resolução 258, baixada pelo órgão, contém três pontos em comum com o projeto em discussão (PL 216), entre eles a contrapartida ambiental. Para Bertoldo, a proposta “precisa mudar sua

lógica e valorizar a produção de pneus nacionais”. Ele defendeu um diálogo com as empresas fabricantes, no sentido de se definir essa contrapartida.

O relator da proposição, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), observou que o problema decorrente de pneus usados é antigo e que sempre houve proposições do Congresso para disciplinar a questão, segundo ele muito complexa. Valadares concordou com Bertoldo Costa, para quem a questão é comercial. “A concorrência se agarra ao lucro e faz de tudo para que as fábricas de pneus remoldados não sejam instaladas no Brasil”, destacou o parlamentar.

Contaminação por zinco gera audiência

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) discutiu ontem, em audiência pública, a contaminação de água e a desertificação na cidade de Vazante, em Minas Gerais. A contaminação seria decorrente da exploração subterrânea de zinco. Foram ouvidos o especialista em Hidrogeologia, Antônio Barbosa, o proprietário da Fazendas Reunidas Salobo de Vazante, Gilberto Barreto, e o procurador da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, Joaquim Martins.

Gilberto Barreto denunciou que a contaminação já causou a morte de animais. Para ele, a cidade de Vazante corre perigo, e a Agência Nacional de Águas (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros órgãos não cumprem



FENÔMENO Comissão de Fiscalização e Controle, presidida por Ney Suassuna (centro), debate desertificação que atinge Vazante (MG)

sua função.

Antônio Barbosa advertiu que, se nada for feito para resolver a situação, “em pouco tempo haverá graves conseqüências”.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), presente à reunião, disse que a mineração precisa

ser feita de forma sustentável, para evitar a degradação do meio ambiente. O presidente da CFC, Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que os integrantes da comissão visitarão o município de Vazante, para verificar a situação.

CPI solicita à Justiça paulista documentos sobre Maluf

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado decidiu na reunião de ontem que, se forem encontrados indícios relevantes, Paulo Maluf será convocado a depor. Para tanto, a comissão aprovou requerimento que solicita à Justiça de São Paulo toda a documentação referente ao inquérito e ao processo judicial que apuram se o ex-prefeito de São Paulo seria detentor de contas em paraísos fiscais.

O relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), explicou que ainda não encaminhou a votação do requerimento de convocação de Maluf, apresentado no fim do ano passado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), exatamente porque a comissão não dispõe de documentos que indiquem culpabilidade do ex-prefeito.

– A convocação não depende do nome das pessoas, mas sim de documentos que mostrem o envolvimento dos citados. Nem sempre aquilo que é noticiado pela imprensa depois se comprova como fato – esclareceu o deputado, acrescentando que sua decisão não tem nenhuma relação com o cenário das eleições municipais de outubro deste ano.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) concordou com a postura de Mentor e também recomendou que a CPI aja com cautela neste caso. “Nós não podemos ser instrumentos de jogo político, correndo o risco de sermos acusados de nos envolver em questões eleitorais”, opinou.

Já a senadora Serys disse que os indícios contra Maluf são tão fortes que, a seu ver, ele será convocado. Ela pediu que os órgãos judiciais encaminhem com a maior urgência possível a documentação à comissão parlamentar de inquérito.

A CPI aprovou ainda 306 pedidos de quebra de sigilo telefônico de envolvidos em desvios de recursos para o exterior. Foram acatadas também outras 106 solicitações de quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário, convocação de pessoas e encaminhamento de documentação.